



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias		Dólar Últimos	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,97% São Paulo	0,29% Nova York	170.020 7/7 8/7 9/7 10/7	Na sexta-feira R\$ 5,108 (- 0,28%)	R\$ 1.621	R\$ 5,832	14,15%	14,11%	0,70 Fevereiro/2026 0,88 Março/2026 0,67 Abril/2026 0,58 Maio/2026 0,16 junho/2026

TARIFAÇO

Azevêdo: redução de taxaço é improvável

Ex-diretor-geral da OMC explica que as audiências da investigação conduzida pelos EUA não representam a negociação dos governos. Expectativa dele é de inclusão de novos produtos na lista de exceções durante as conversas diplomáticas

» RAFAELA GONÇALVES

Arquivo pessoal



Até onde eu sei, o avanço e o progresso dessas negociações bilaterais têm sido bem limitados"

Roberto Azevêdo, diplomata e ex-diretor-geral da OMC

A próxima semana será decisiva para o futuro das novas tarifas que os Estados Unidos estudam impor sobre produtos brasileiros, mas a expectativa de uma reversão das medidas ainda é considerada remota. A avaliação é do diplomata brasileiro e ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, que acompanhou presencialmente, em Washington, as audiências públicas realizadas pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) no âmbito da investigação aberta com base na Seção 301, da Lei de Comércio norte-americana.

Na avaliação de Azevêdo, há uma confusão recorrente entre a investigação conduzida pelo USTR e as negociações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. Para o ex-diretor da OMC, as audiências públicas — como a que contou com a participação do senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — não devem ser interpretadas como uma mesa de negociação, mas como uma etapa formal do processo investigativo previsto pela legislação comercial norte-americana.

“A primeira coisa é que isso não é uma negociação. São audiências públicas no contexto da investigação que o USTR está conduzindo contra o Brasil. Você faz sua apresentação, expõe seus argumentos, eles ouvem, fazem eventualmente uma pergunta e depois decidem o que vão fazer. Não existe negociação nesse processo”, afirmou Azevêdo, ao **Correio**.

Diplomata de carreira, Azevêdo é um dos principais especialistas brasileiros em comércio internacional. À frente da OMC entre 2013 e 2020, conduziu negociações com governos de diversas potências, incluindo a administração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em seu primeiro mandato. Atualmente, acompanha as discussões sobre as tarifas impostas pelos EUA aos produtos brasileiros em articulação com o setor

privado, além de presidir a 9G Consulting and Advisory Services, ser presidente global de operações da Ambientar e sócio-fundador da YvY Capital.

Enquanto empresas, associações setoriais e representantes da indústria apresentam argumentos técnicos nas audiências públicas conduzidas pelo USTR, a negociação política ocorre em uma frente paralela, por meio de canais diplomáticos entre os

governos brasileiro e norte-americano. Para Azevêdo, porém, esse diálogo ainda produziu poucos avanços. “Até onde eu sei, o avanço e o progresso dessas negociações bilaterais têm sido bem limitados”, afirmou.

Com o prazo para conclusão da investigação se encerrando na próxima quarta-feira, ele avalia que o cenário mais provável é a ampliação da lista de produtos isentos da tarifa de

25% cogitada pelos EUA para as exportações brasileiras, e não uma redução da alíquota. “Eu acho que você pode ter alguma esperança de que alguns produtos ou alguns setores possam entrar na lista de exceções, que essa lista seja ampliada um pouco. É possível que isso aconteça”, afirmou.

Por outro lado, ele considera improvável que haja uma revisão da própria tarifa ou sua suspensão neste

momento. “Uma redução da tarifa, eliminação ou suspensão eu acho muito difícil. Faço votos para que aconteça, estamos trabalhando para isso. Mas uma medida desse tipo, provavelmente, só acontecerá se as negociações entre os dois governos forem bem-sucedidas”, ressaltou. A avaliação dele reforça a percepção de que as audiências públicas podem produzir apenas ajustes pontuais na abrangência da medida, sem alterar sua estrutura principal.

As sessões da audiência pública no USTR reuniram representantes de mais de 300 empresas, associações setoriais e entidades empresariais. Durante os depoimentos, executivos de companhias como WEG, Portobello, Bauducco, Coca-Cola e Tesla defenderam a revisão da medida, sob o argumento de que a imposição das tarifas tende a elevar custos, afetar cadeias de suprimentos e gerar impactos negativos tanto para a indústria quanto para os consumidores norte-americanos.

Para o ex-chefe da OMC, as chances de um setor conseguir ser incluído entre as exceções aumentam significativamente quando empresas ou entidades americanas defendem o mesmo pleito perante o governo dos Estados Unidos.

Segundo Azevêdo, durante as audiências houve diversos casos em que representantes da indústria americana manifestaram apoio aos

pedidos apresentados pelos brasileiros. “Os setores que conseguiram que empresas ou entidades americanas apoiassem o pleito brasileiro têm maior probabilidade de êxito. Já aqueles em que o lado americano pediu a manutenção da tarifa contra o pleito brasileiro têm chances bem menores”, explicou.

Na prática, o alinhamento entre importadores, compradores e produtores dos dois países pode influenciar a avaliação técnica do USTR sobre eventuais impactos econômicos da medida.

Pix

Outro tema que ganhou destaque durante a investigação foi o Pix. O sistema brasileiro de pagamentos instantâneos passou a ser citado no processo aberto pelo governo Trump, alimentando especulações sobre possíveis exigências envolvendo sua operação.

Na avaliação de Roberto Azevêdo, entretanto, o assunto tem assumido um peso muito maior no debate político do que na discussão técnica conduzida pelas autoridades comerciais dos Estados Unidos. “Os americanos reclamam da forma como o Pix é administrado, mas em nenhum momento ouvi alguém dizer que o Brasil teria que acabar com o Pix ou deixar de utilizá-lo”, afirmou. Para ele, Washington reconhece que essa hipótese sequer está em discussão. “Eles sabem perfeitamente que isso não está sobre a mesa e que o Brasil não vai acabar com o Pix. Pode haver muito discurso sobre o assunto, mas eu não vejo nenhuma consequência prática nisso”, acrescentou.

Apesar de o governo brasileiro manter diálogo frequente com autoridades norte-americanas, o clima nos bastidores segue de cautela. Azevêdo evitou fazer previsões sobre o desfecho das negociações diplomáticas e disse que ainda é cedo para antecipar um acordo entre os dois países.

INFLAÇÃO

IPCA desacelera em junho para 0,16%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, subiu 0,16% em junho, após avançar 0,58% em maio, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa uma desaceleração expressiva no ritmo de alta dos preços, puxada principalmente pela queda dos alimentos e dos combustíveis.

O grupo alimentação e bebidas foi o principal responsável por conter a inflação no mês passado. Com recuo de 0,24%, registrou a maior variação negativa entre os nove grupos pesquisados pelo IBGE e exerceu o maior impacto de baixa sobre o índice geral.

A perda de força veio principalmente dos alimentos consumidos no domicílio, que caíram 0,39% em junho, revertendo parte da pressão registrada em maio, quando

havia subido 1,65%. Entre os itens que mais contribuíram para o alívio estão o café moído, com queda de 3,72%; as frutas, com recuo de 1,58%; e as carnes, que ficaram 0,64% mais baratas.

“O IPCA de junho surpreendeu positivamente ao registrar alta de apenas 0,16%, sinalizando uma desaceleração importante da inflação, especialmente com a queda dos preços de alimentos e combustíveis”, destacou Peterson Rizzo, chefe de Relações com Investidores da Multiplike. Para ele, o resultado reforça a percepção de que a política monetária já produziu efeitos relevantes sobre a demanda e os preços.

Apesar da melhora, alguns produtos importantes para o orçamento das famílias continuaram pressionando os preços. O feijão-carioca registrou alta de 8,31% no mês,

Ronaldo de Oliveira/CB



Segundo IBGE, preço da energia elétrica foi o principal vilão no mês

enquanto a batata-inglesa subiu 3,57%. Segundo especialistas, a variação dos preços agrícolas segue influenciada por fatores climáticos, como excesso de chuvas, estiagens e mudanças de temperatura, que afetam a oferta e o ritmo das colheitas.

A alimentação fora do domicílio também apresentou desaceleração. O segmento avançou 0,15% em junho, abaixo da alta de 0,49% registrada em maio, refletindo uma moderação nos reajustes praticados por bares, restaurantes e lanchonetes.

Além dos alimentos, a queda nos preços dos combustíveis ajudou a reduzir a pressão inflacionária. O grupo apresentou recuo de 0,48%, com baixas em todos os itens pesquisados: etanol (-3,09%), óleo diesel (-1,19%), gás veicular (-0,19%) e gasolina (-0,12%).

Na direção oposta, o grupo habitação registrou a maior alta entre os segmentos analisados, com avanço de 0,63%, e exerceu o maior impacto positivo sobre o IPCA de junho, de 0,10 ponto percentual. Ainda assim, houve desaceleração em relação a maio, quando a alta havia sido de 1,19%. O movimento foi influenciado pela energia elétrica residencial, cuja variação passou de 3,67% para 1,53%. Mesmo com a perda de ritmo, o item permaneceu como o principal impacto individual sobre a inflação do mês.

Juros

Com o resultado de junho, o IPCA acumula alta de 3,36% no ano. No acumulado em 12 meses, a inflação desacelerou para 4,64%, ante 4,72% até maio. Em junho de 2025,

o índice havia registrado alta de 0,24%. Apesar da desaceleração, a inflação acumulada em 12 meses permanece acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Pelo sistema de metas contínuas, o centro da meta para o IPCA é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, o que fixa o limite superior em 4,5%.

Segundo Alberto Friggi, CEO da Friggi & Secco, a preocupação maior segue sendo a inflação interna. “O petróleo, diante da tensão entre Estados Unidos e Irã, é um risco importante porque pode pressionar combustíveis, frete e câmbio, mas ainda aparece mais como ameaça ao cenário do que como fator dominante do IPCA”, destacou.

Para a taxa básica da economia (Selic), ele avalia que “o dado reforça a possibilidade de cortes, mas não muda sozinho o comportamento do Banco Central”. “O mercado pode ficar mais confortável para precificar queda de juros, mas quem toma crédito não deve esperar uma virada imediata”, afirmou. **(RG)**